

Turismo, participação e sustentabilidade: percepção dos residentes sobre a criação da Unidade Estadual de Conservação Monumento Natural Cavernas de Martins/RN

Amanda Leite Pessoa¹

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega²

Kerlei Eniele Sonaglio³



RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral diagnosticar a percepção dos residentes sobre o turismo realizado no entorno e na própria Unidade Estadual de Conservação Monumento Natural Cavernas de Martins/RN, ora em processo de criação. Para isso, considerou-se a pesquisa do tipo aplicada e exploratória, com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram adotadas as pesquisas bibliográfica, eletrônica e documental, além da pesquisa em campo (questionários e entrevistas), cujos dados foram analisados por meio do método hermenêutico-dialético nos contextos social, cultural, econômico e ambiental. É perceptível a necessidade de mais compreensão da dinâmica turística e das questões ambientais em um processo de planejamento sustentável do turismo, valorando e incentivando a participação comunitária num ambiente político e social favorável, o que leva à constatação de que tanto o equilíbrio ambiental quanto as mudanças sociais são importantes para o desenvolvimento local. Isto porque, constatou-se não haver um processo estratégico, integrado e participativo visando o turismo sustentável na UC em criação e em seu entorno.

Palavras-chave: Planejamento Turístico. Áreas Naturais Protegidas. Ecoturismo. Martins-RN.

1 Bacharel em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Pesquisadora no GEPPOT – Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo/UFRN. Bolsista PIBIC/CNPq. leite-amanda@hotmail.com.

2 Professor da graduação e pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Líder do GEPPOT – Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo/UFRN. wilkernobrega@yahoo.com.br.

3 Professora da graduação e pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Vice-Líder do GEPPOT – Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo/UFRN. kerleisonaglio@gmail.com.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand how residents perceived tourism around the Caves of Martins/RN Natural Monument State Conservation Unit, which is still in the phase of being created. This study can be considered applied and exploratory, with a qualitative approach. With respect to methodology, we reviewed bibliographic references, both electronic and print, and carried out fieldwork (questionnaires and interviews). We analyzed these data using the hermeneutic-dialectic method in the social, cultural, economic and environmental contexts. We observed a need to better understand tourism dynamics and environmental questions in the process of sustainable tourism planning, which should value and stimulate community participation in a favorable political and social environment, which thus brings us to conclude that both the social balance and social changes are important for local development. We conclude this given the lack of strategic, integrated and participative process that envisioned sustainable tourism in the conservation unit (CU) in development and in its surroundings.

Keywords: Tourism Planning. Protected Natural Areas. Ecotourism, Martins-RN.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo dos anos, a relação ser humano-natureza vem se tornando cada vez mais frágil e carente de estudos e medidas enérgicas para restaurar o equilíbrio necessário à sobrevivência de todos os seres vivos. Enquanto não compreendermos que fazemos parte de um grande sistema vivo e dinâmico, no qual tudo está inter-relacionado e tomarmos uma séria atitude (individualmente e coletivamente), nunca resolveremos problemas severos, como: a perda da biodiversidade, a emissão de CO₂ na atmosfera e o despejo de lixo nos oceanos. Tais problemas afetam profundamente a qualidade de vida de todos os habitantes do planeta. Assim, as Unidades de Conservação (UC), como áreas de valor intrínseco da natureza, aparecem como alternativa viável de proteção do meio natural ao mesmo tempo em que se promove, ou tenta promover, o desenvolvimento local.

Em meio às UC brasileiras (que são principalmente terrestres), têm-se algumas funcionando plenamente com Plano de Manejo e Conselho Gestor e, outras, em processo de criação, como a Unidade de Conservação Monumento Natural Cavernas de Martins, no município de Martins, estado do Rio Grande do Norte. Nesta UC em criação, a proposta envolve a proteção dos recursos naturais e culturais e o fomento do ecoturismo dentro de uma proposta de desenvolvimento local.

Logo, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento local perpassa pela percepção de mundo-vivido dos atores sociais, é importante investigar como se dá a dinâmica social de determinadas comunidades autóctones, como a de Martins, que já desenvolve algumas ações relacionadas à proteção da natureza e ao turismo.

Buscou-se, portanto, diagnosticar a prática do turismo realizada no entorno da área proposta para a criação da Unidade Estadual de Conservação Monumento Natural Cavernas de Martins/RN, por meio: da compreensão do papel do planejamento turístico no processo de desenvolvimento local; da identificação das principais potencialidades turísticas em Martins-RN; e da apresentação da percepção dos residentes em relação ao turismo vigente e à prática turística na futura Unidade de Conservação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em se tratando de metodologia, foi realizada uma pesquisa do tipo aplicada que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.35), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” e; exploratória, ou seja, “realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 1998, p.45).

Para atender ao objetivo proposto, optou-se pela adoção da abordagem qualitativa que, segundo Dencker (2007, p.125), “é uma abordagem essencialmente relacional, investigando as ações humanas em suas relações com a estrutura social e a cultura, tentando compreender como as redes de poder são formadas e mediadas”.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica e eletrônica, a qual “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos” (GIL, 2002, p.44); pela pesquisa documental, que, conforme Gil (2002, p.45), “vale-se de materiais que não recebem

ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa”; e pela pesquisa em campo, cujo desenvolvimento se dá “por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2002, p.53).

A pesquisa bibliográfica e eletrônica foi realizada por meio do acesso a livros digitais e impressos, artigos disponíveis na biblioteca eletrônica Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), dissertações de mestrado, teses de doutorado e outros materiais publicados na internet e voltados para o tema trabalhado.

A pesquisa documental se constituiu em uma análise do projeto de criação da UC Cavernas de Martins e o material foi disponibilizado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA/RN).

A pesquisa em campo (questionários e a entrevistas) foi realizada no município de Martins/RN, nos meses de abril de 2016 e abril de 2017, com o propósito de buscar informações e conhecer a realidade local. Tal pesquisa foi realizada por meio da observação direta (não participante), com visitas à área aonde será criada a UC (mais precisamente à Casa de Pedra) e por meio da aplicação de questionários e entrevistas. Os questionários semiestruturados continham 28 afirmações sobre os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais positivos e negativos do turismo. O referido questionário foi elaborado com base na Escala Likert, que é frequentemente usada em pesquisas de opinião e cujos valores atribuídos foram de “1” (Discordo totalmente) a “5” (Concordo totalmente). Já as entrevistas semiestruturadas, com 07 a 10 perguntas, fechadas e abertas, foram direcionadas à população local (12 respondentes) e se constituiu em uma amostra não probabilística e não intencional (ou de conveniência).

Os resultados da pesquisa em campo foram analisados buscando-se a compreensão da realidade observada nos contextos social, cultural, econômico e ambiental da localidade, a partir do olhar dos respondentes. Assim, o método hermenêutico-dialético se mostrou mais capaz de dar conta da interpretação mais aproximada da realidade. Isto porque em tal método, se coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior, bem como no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida (MINAYO, 2002). Para a referida autora, a união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a buscar entender o texto, a fala, o depoimento como o resultado de um processo social e processo de conhecimento, que são frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico.

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O conceito de turismo, que tem sua origem no inglês *tourism*, procedente do francês *tourisme*, tem sofrido inúmeras considerações pelos seus estudiosos, mas em suma, é sabido que o turismo é uma atividade econômica importante, crescente e dinamizadora do mercado. E, conforme aponta Santos:

Assim como a economia mundial tem se globalizado, com o turismo não é diferente, pois a globalização atingiu vários setores da vida e isto significa que as informações locais podem ser acessadas dos mais longínquos lugares. Essa abertura de fronteiras possibilita conhecer sobre vários atrativos turísticos de cada localidade, independentemente de onde a pessoa esteja (SANTOS, 2010, p.17).

Devido ao seu caráter dinâmico, o mercado turístico carece de segmentação, que é “direcionar a produção turística, de acordo com a vocação do destino, de forma competitiva focando o segmento de demanda que tem maior potencial de consumo dessa produção” (MTUR, 2010, p.34).

Em 2006, o MTur definiu alguns segmentos turísticos, são eles: a) Turismo Social; b) Turismo Cultural; c) Turismo de Estudos e Intercâmbio; d) Turismo de Esportes; e) Turismo de Pesca; f) Turismo Náutico; g) Turismo de Aventura; h) Turismo de Sol e Praia; i) Turismo de Negócios e Eventos; j) Turismo Rural; k) Turismo de Saúde; l) Ecoturismo; e m) Espeleoturismo.

Em áreas naturais protegidas, podem-se desenvolver vários segmentos turísticos, como: Turismo de Aventura, em que ocorre o desenvolvimento de atividades de caráter recreativo (caminhada, escalada, mergulho etc.); Turismo Rural, cujas atividades se dão no campo (colheita de frutas, passeio equestre, degustação de comida caipira etc.); Ecoturismo, no qual há um trabalho de sensibilização com relação à natureza (observação de aves, trilha interpretativa, fotografia de natureza etc.); Turismo de Sol e Praia; Turismo de Saúde; e Espeleoturismo.

No entanto, não basta segmentar. O mercado turístico deve ser capaz de desenvolver-se sustentavelmente, pois toda atividade gera impactos positivos e negativos. Dentro dessa perspectiva, tem-se o ecoturismo como uma alternativa viável de turismo responsável, sustentável e baseado na natureza, podendo ser plenamente desenvolvido em UC.

O Capítulo II, Art. 6º, da Lei nº 9.985/2000 define Unidade de Conservação como sendo um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p.01).

Levando-se em consideração as categorias de manejo e os principais tipos de uso, as UC classificam-se de “1” a “6”, em que é possível verificar que o desenvolvimento econômico pode se relacionar com a conservação ambiental. Para isso, é preciso que haja “maior investimento e visão estratégica para que as UC possam, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, de fato gerar renda, emprego, desenvolvimento e propiciar uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil” (IPEA, 2009, p.33).

As UC, pelas suas características preservacionistas, são de extrema importância no processo de desenvolvimento local, pois além de preservarem o meio ambiente, promovem a qualidade de vida tanto de sujeitos autóctones como de sujeitos alóctones. O turismo aqui é visto como uma janela de oportunidades, desde que seja planejado de forma sustentável, evitando a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, minimizando os custos sociais que afetam os moradores das localidades e aperfeiçoando os benefícios do desenvolvimento turístico (RUSCHMANN, 1999, p.111).

Apesar de o conceito de desenvolvimento ser controverso, na sua essência, “se mostrará siempre como um processo local, endógeno, descentralizado, capilar y continuo o discontinuo sobre el território” (BOISIER, 2001, p.19).

E, para uma localidade se desenvolver bem, é necessário que a percepção dos moradores seja considerada. De acordo com Xavier (2005, p.5), “as relações das pessoas com a natureza e com outros grupos humanos, processam-se através da experiência e da percepção que deles se têm, das atitudes tomadas em relação a eles e dos valores a eles atribuídos”. Essa compreensão é relevante porque a atividade turística se desenvolve no espaço apoiada nessas relações, as quais são a identidade do lugar, dinamizando-o positivamente e/ou negativamente. Para Cabral e Cyrillo (2008, p.06), “o turismo para se desenvolver de forma coerente e sustentável em uma localidade receptora, precisa do envolvimento e participação de todos os agentes, neste caso também da comunidade autóctone”, pois não é mais possível pensar o turismo de forma centralizada e não compartilhada.

No fundo, há uma busca por um ambiente político e social favorável a todos, portanto, os moradores devem participar ativamente das discussões que lhe dizem respeito, em um processo democrático descentralizado e participativo, pois como afirma Mallengreau (2017, p. 01):

La participation est depuis l’antiquité un élément fondamental de la démocratie qui implique l’égalité et la liberté de parole et d’initiatives mais em même temps, la responsabilité de chacun à l’égard de sa communauté. Elle accepte les différences et permet de les gérer de manière consensuelle em vue de l’intérêt et du développement commun. Elle décentralise une partie du pouvoir et de son controle vers le citoyens. Les stratégies de développement surtout axés sur la production économique se sont recentrées ces derniers temps vers le développement humain. La participation communautaire a été préconisée por transformer des bénéficiaires passifs en partenaires actifs et responsables de leur développement”.

Para outros autores, como Baghri, Harvey e Reed (2002, p. 177), a participação comunitária é vista como “The involvement of people in a community in projects to solve their own problems. People cannot be forced to ‘participate’ in projects which affect their lives but should be given the opportunity where possible. This is held to be a basic human right and a fundamental principle of democracy”.

Sendo assim, todos os atores sociais podem contribuir significativamente no que tange ao desenvolvimento local, visando à sustentabilidade ambiental, ética, cultural, econômica, social e política, o que pode levar a um desenvolvimento turístico mais consciente e adequado, apesar dos conflitos de interesse que frequentemente se dão nessa relação.

De qualquer forma, o planejamento do turismo depende de que haja concordância entre todos os envolvidos, pois o turismo é uma atividade capitalista e por isso mesmo “é contraditório, ou seja, gera benefícios e simultaneamente problemas e conflitos” (FERREIRA, 2006, p.71), daí a necessidade de discussões sobre o que possa ser melhor ou não para uma comunidade, por meio de sua própria participação nessas discussões.

Dentro desse contexto, é notório que as comunidades autóctones devem ser consideradas em todas as etapas de implementação do turismo, sendo estimuladas em sua própria percepção de mundo-vivido, já que um lugar só é bom para o turista se for bom para o morador.

O MUNICÍPIO DE MARTINS/RN

O município de Martins/RN fica a 362 km da capital do estado do Rio Grande do Norte, município de Natal. O município encontra-se localizado a 703 metros de altitude, na Região Oeste do Estado. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), a população de Martins é estimada em 8.750 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,622, considerado médio.

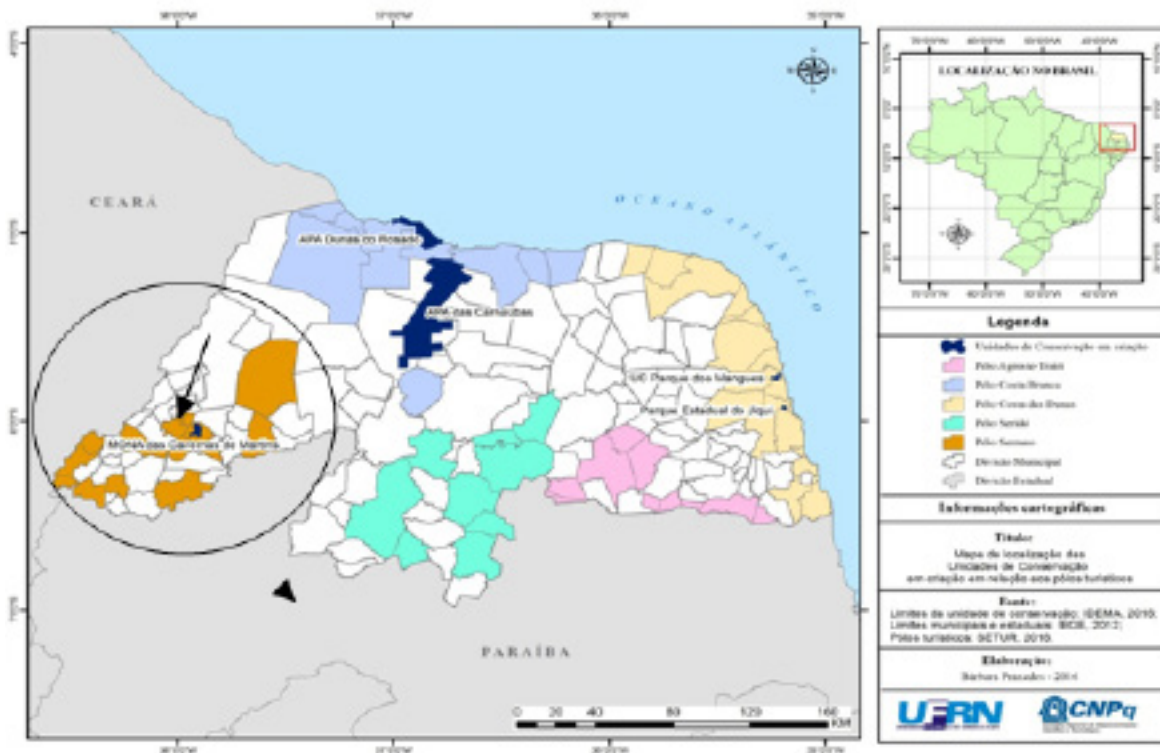
A região de Martins possui patrimônios arqueológico, paleontológico e espeleológico, formando um significativo patrimônio paisagístico, que é o maior propulsor do turismo local e cujo amparo está previsto no Art. 23º, inciso III, da Constituição Federal, que diz: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988, p.01).

Os próprios gestores locais e o trade turístico, dentro da proposta governamental de desenvolvimento do turismo sustentável, já desenvolvem algumas ações que visam à inclusão do patrimônio material e imaterial martinense ao planejamento turístico, como a Casa de Pedra e o Festival Gastronômico e Cultural de Martins, que já compõem roteiros turísticos, ademais, o município de Martins é um dos 18 municípios que fazem parte do Polo Serrano (Figura 1), o qual está localizado no semiárido nordestino, possuindo uma formação montanhosa que chega a 868 metros de altitude acima do nível do mar, o que leva a temperaturas amenas que variam entre 16 e 32 graus Celsius, atraindo visitantes aventureiros de todo o estado e, assim, impulsionando o turismo de aventura, que é o segmento turístico mais destacado na região do alto oeste potiguar.

Com vistas à sustentabilidade, o MMA, seguindo as recomendações do “Plano Nacional de Áreas Protegidas” (2006), resolveu mapear um área de 970 km² na região, cadastrando-a sob o código “Ca 125” (Área Prioritária para Conservação da Natureza e Repartição de Benefícios) e classificando-a como de importância para a biodiversidade “Extremamente Alta” e de prioridade para a conservação “Extremamente Alta”. Tendo isso em conta, em 2013, pesquisadores, apoiadores e representantes da Prefeitura de Martins, com o intuito de proteger e desenvolver sustentavelmente a área de 3.538,45 hectares ou 35,38 km² (Figura 2), localizada na zona rural do município de Martins, criaram o “Projeto Monumento Natural⁴ Cavernas de Martins”, fruto de estudos técnicos realizados in loco por três anos.

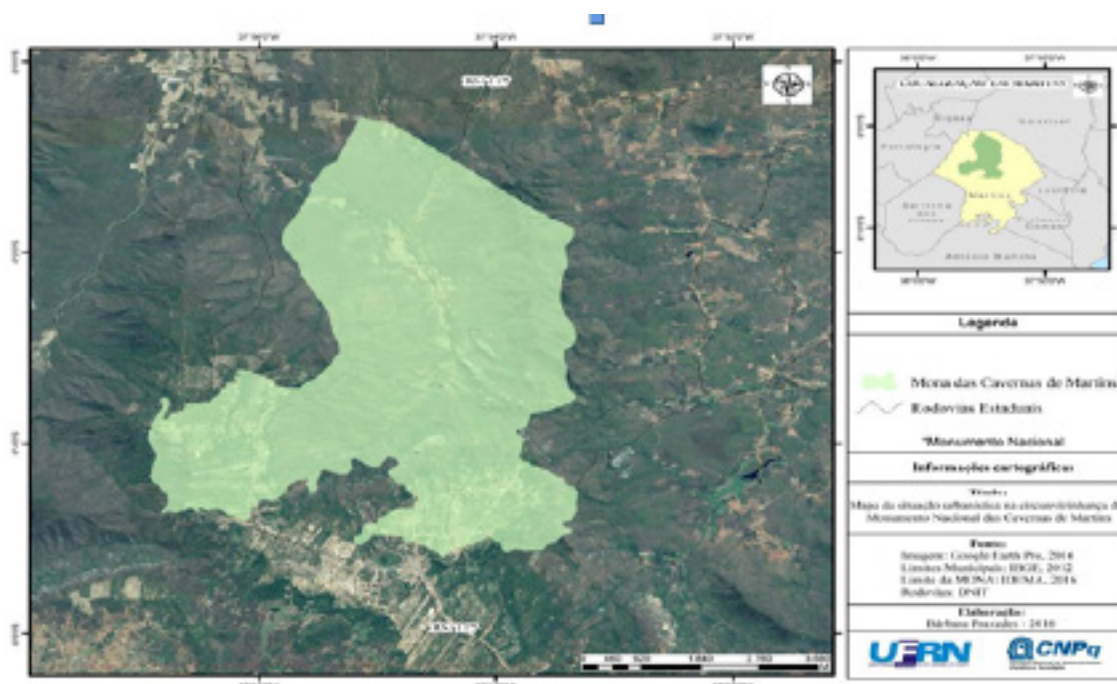
4 No Brasil, segundo a Lei n.º 9.985/2000, Capítulo 1, Art. 12º, o Monumento Natural (MONA) tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

FIGURA 01 - Polos turísticos do RN



Fonte: UFRN (2017).

FIGURA 02 - Área Prevista da UC de Martins



Fonte: UFRN (2017).

O projeto propõe a salvaguarda do patrimônio espeleológico de Martins bem como: a recuperação das áreas degradadas e das espécies endêmicas, inclusive as ameaçadas de extinção; a promoção da educação ambiental da população local; a fomentação do turismo ecológico e a sua interiorização; e o incentivo à pesquisa. Com a criação da UC, novos empregos seriam gerados, a renda seria ampliada, haveria a capacitação profissional da população e o município ganharia visibilidade nacional e internacional, buscando-se com isso, um desenvolvimento verdadeiramente sustentável do lugar (FUNDEP, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreensão do papel do planejamento turístico no processo de desenvolvimento local

O desenvolvimento com foco no turismo requer a sensibilização da população local sobre os impactos positivos e negativos do turismo, uma vez que como atividade econômica, produz contradições sociais. Assim, a conscientização deve ser fruto da educação para o turismo e pelo turismo, a fim de preparar melhor a comunidade para desenvolver a atividade turística, por meio do conhecimento de sua própria história e cultura, e, como enfatizam Silva e Miranda (2013, p.10), “existe uma necessidade de um planejamento combinado com uma educação turística da comunidade local para que ela assimile a importância da atividade turística”.

Portanto, partindo-se de ações educativas apropriadas, planeja-se o turismo com vistas à sustentabilidade, buscando a participação interativa da população local, isto é, a participação integral dos participantes, sabendo-se que, “a participação leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo” (BORDENAVE, 1994, p.76-81) e que, “o turismo para se desenvolver de forma coerente e sustentável em uma localidade receptora, precisa do envolvimento e participação de todos os agentes, neste caso também da comunidade autóctone” (CABRAL; CYRILLO, 2008, p.06).

Nas palavras de um dos entrevistados, “Eu acho que o poder público precisa buscar uma parceria maior com a própria população no sentido de sensibilizar internamente esse potencial turístico que Martins tem, a partir daí, se sensibilizando a população, aí você tem a possibilidade de estender essa sensibilidade além-fronteiras do município de Martins”. Assim, é claro que os moradores de Martins precisam compreender a importância de seus papéis enquanto agentes transformadores da realidade. Afinal, o espaço cotidiano é construído e reconstruído por todos e para todos.

O que se observa é a pouca valorização da população no processo, fato evidenciado na única audiência pública realizada para apresentar o projeto de criação da UC de Martins. A audiência foi de caráter meramente consultivo, pois a população local não participou (em nenhum momento) da construção do projeto.

Ao serem ouvidos, os moradores entrevistados reclamaram, sobretudo, da falta de investimentos públicos nas áreas de lazer, trabalho, educação, cultura, segurança e meio ambiente. Reclamaram também da falta de agilidade nos trâmites burocráticos, que impedem a concretização de projetos antigos, como o projeto do teleférico de Martins. Ocorreram ainda reclamações por parte dos entrevistados quanto à limitada participação social que lhes é imposta, revelada nas poucas audiências e consultas públicas locais.

Como já destacado, o desenvolvimento local passa pela consciência de uma sociedade quanto as suas reais necessidades, gerando um sentimento de pertença e, por conseguinte, em tomadas de decisões dinâmicas e transformadoras da realidade, em que tudo deve ser respaldado por um ambiente político e social favorável. Logo, é fundamental que o desenvolvimento local seja pensado de forma descentralizada, articulada e compartilhada entre o poder público, a iniciativa privada e a população endógena, por meio do qual se “promova o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, o que “representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local resultante da mobilização das energias da sociedade explorando as suas capacidades e potencialidades específicas” (BUARQUE, 1999, p. 09-10). Assim sendo, não há mais espaço na sociedade atual para centralismos que atrasam e prejudicam o desenvolvimento local.

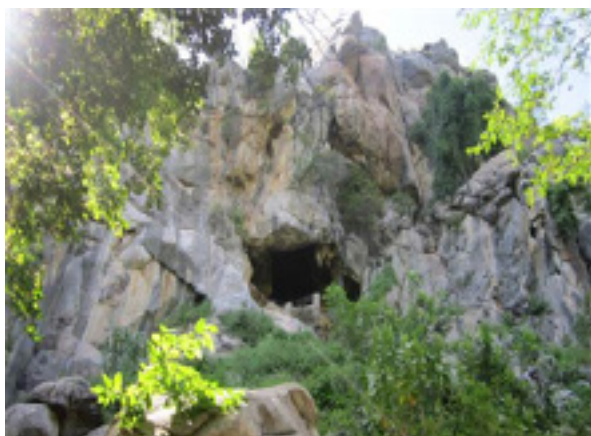
Em Martins existe o desenvolvimento de algumas atividades associadas ao turismo, por meio da realização de eventos, como o Festival Gastronômico e Cultural e a realização de trilhas locais. No entanto, este festival não ocorre dentro de uma proposta local de planejamento integrado e sustentável do turismo, o que compromete a vida dos recursos naturais e culturais e a dinâmica social do lugar. Com efeito, urge a necessidade de o turismo ser mais bem pensado, “como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para aperfeiçoar os benefícios do desenvolvimento turístico” (RUSCHMANN, 1999, p.111).

O município de Martins carece prementemente de um planejamento que preze pelos princípios da sustentabilidade, fundamentado numa economia exequível e ecologia adequada e pautado por uma sociedade digna e cultura equânime. A situação é preocupante porque, no momento atual, o município está destituído de Secretaria de Turismo e sem Secretaria de Meio Ambiente. Todas as ações públicas voltadas para o turismo e para o meio ambiente são circunstanciais. O poder público, o setor privado e a população local são inconscientes da real importância do turismo, limitando-se a dizer que o turismo gera emprego e renda e desenvolve a consciência ecológica. A falta de uma melhor clareza acerca das questões que envolvem o meio ambiente e o turismo levaram os moradores entrevistados a negarem parcialmente ou totalmente os impactos negativos do turismo.

Identificação das principais potencialidades turísticas em Martins-RN

A implementação do turismo depende de um planejamento focado nas tendências e potencialidades turísticas, que lhe darão o aporte necessário para o estabelecimento dos objetivos e para o cumprimento das metas. Nesse sentido, segundo o relatório da empresa de consultoria Solimar International (2017) e dados da Prefeitura de Martins (2017) e do website Martins/RN (2017), os principais atrativos naturais e culturais de Martins são: Casa de Pedra (Figura 3); Cachoeiras da Umarizeira; Pedra do Sapó; Pedra Rajada; Pôr do Sol em Diadema; Mirante da Carranca; Mirante do Canto; Mirante Encanto da Serra; Mirante Mãe Guilé; Museu Cultural Coronel Demétrio Lemos; Museu Junior Marcelino; Museu Histórico de Martins e Museu de Arqueologia (Figura 4); Memorial Manoel Lino de Paiva; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; Capela de Nossa Senhora do Rosário; Nicho de Nossa Senhora do Livramento.

FIGURA 03 – Casa de Pedra



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa.

FIGURA 04 – Museu Histórico de Martins e Museu de Arqueologia



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda de acordo com as mesmas fontes, além dos atrativos naturais e culturais, Martins/RN se destaca também pelos eventos que realiza anualmente, sendo eles: Festa da Padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição; Festa da Padroeira do Rosário; Festa de Emancipação Política do Município; Carnaval; Encontro Hiran Xavier de Motociclismo; Festival Gastronômico e Cultural de Martins; Festival de Fondue; Arraiá da Serra.

Apresentação da percepção dos residentes em relação ao turismo vigente e à futura unidade de conservação

É sabido que as pessoas percebem o mundo a sua volta de maneira única, podendo fazer várias interpretações e intervenções, em um diálogo permanente com o ambiente, no exercício da liberdade de serem o que são e do que querem ser. Com esse entendimento, buscou-se a identificação do que é perceptível pela sociedade martinense com relação ao turismo em vigor e à futura UC de Martins, propósito este iniciado com a coleta dos dados em campo.

Na análise dos dados, 57,14% dos moradores entrevistados possuem o ensino médio, 47,61% possuem um trabalho formal e 47,61% possuem renda familiar de até três salários mínimos.

Como resultados das entrevistas, constatou-se que 71,42% dos moradores entrevistados compreendem a importância de se criar uma Unidade de Conservação. A economia (emprego e renda) foi o ponto positivo, que seria provocado pelo turismo, mais citado por 57,14% dos moradores entrevistados e, conforme 23,80% desses moradores, o turismo não possui pontos negativos.

Os entrevistados (100%) não souberam dizer ao certo que atividades poderão ser desenvolvidas na UC de Martins. Entretanto, todos os moradores entrevistados (100%) afirmaram que poderão contribuir na futura UC de Martins.

Posteriormente, por meio da aplicação de um questionário, procurou-se sistematizar a opinião dos moradores acerca de algumas afirmações sobre a prática do turismo, envolvendo aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais positivos e negativos (Quadro 1).

QUADRO 1. Respostas do roteiro de entrevista

Variável	Escala					Total
	Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Não sei 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5	
ASPECTOS SOCIAIS NEGATIVOS						
O turismo provoca o aumento da prostituição	42,85%	9,52%	19,04%	9,52%	19,4%	100%
O turismo provoca o aumento da violência	28,57%	28,57%	4,76%	23,80%	14,28%	100%
O turismo provoca o aumento do uso de drogas	23,80%	28,57%	19,04%	14,28%	14,28%	100%
O turismo provoca desentendimentos entre turista e morador	66,66%	23,80%	4,76%	0%	4,76%	100%
O turismo provoca o aumento descontrolado de visitantes	33,33%	28,57%	9,52%	14,28%	14,28%	100%
ASPECTOS SOCIAIS POSITIVOS						
O turismo promove a paz	4,76%	33,33%	23,80%	9,52%	28,57%	100%
O turismo promove a maior valorização da mulher	19,04%	23,80%	28,56%	14,28%	14,28%	100%
O turismo estimula a capacitação profissional	4,76%	4,76%	0%	33,33%	57,14%	100%
O turismo melhora as condições de vida da população	4,76%	0%	0%	23,80%	66,66%	100%
O turismo promove o melhoramento da infraestrutura, tais como: rodovias, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistema de transmissão de energia elétrica...	9,52%	4,76%	4,76%	28,57%	52,38%	100%
ASPECTOS ECONÔMICOS NEGATIVOS						
O turismo provoca a superexploração do trabalho	28,57%	33,33%	23,80%	9,52%	4,76%	100%
O turismo provoca o aumento de preços	0%	0%	14,28%	47,61%	38,09%	100%
O turismo provoca a especulação imobiliária	0%	0%	4,76%	33,33%	61,90%	100%
O turismo provoca desigualdades na distribuição de riquezas	19,04%	23,80%	28,57%	19,04%	9,52%	100%

ASPECTO ECONÔMICO POSITIVO

O turismo gera renda, divisa e emprego						
Variável	Escala					
	Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Não sei 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5	Total

ASPECTOS CULTURAIS NEGATIVOS

O turismo banaliza o artesanato	71,42%	23,80%	4,76%	0%	0%	100%
O turismo banaliza os ritos religiosos	66,66%	28,57%	4,76%	0%	0%	100%
O turismo modifica os costumes culturais	57,14%	38,09%	4,76%	0%	0%	100%

ASPECTOS CULTURAIS POSITIVOS

O turismo incentiva o aumento das atividades culturais	4,76%	14,28%	4,76%	33,33%	42,85%	100%
O turismo estimula a divulgação da história e da cultura local	4,76%	9,52%	4,76%	23,80%	57,14%	100%

ASPECTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS

O turismo modifica negativamente a paisagem	33,33%	38,09%	14,28%	9,52%	4,76%	100%
O turismo provoca a poluição do ar, da água, sonora e visual	23,80%	23,80%	33,33%	19,04%	0%	100%
O turismo provoca problemas com o lixo	9,52%	28,57%	23,80%	33,33%	4,76%	100%
O turismo provoca problemas de uso de terras	38,09%	38,09%	0%	14,28%	9,52%	100%

ASPECTOS AMBIENTAIS POSITIVOS

O turismo promove a conservação de áreas naturais	4,76%	9,52%	19,04%	28,57%	38,09%	100%
O turismo promove o aumento da qualidade ambiental	0%	23,80%	23,80%	38,09%	14,28%	100%
O turismo estimula o envolvimento do homem com a natureza	0%	14,28%	14,28%	28,57%	42,85%	100%
O turismo promove o aumento do conhecimento do meio ambiente	0%	23,80%	4,76%	23,80%	47,61%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Inicialmente, buscou-se a percepção dos moradores entrevistados sobre o aspecto social negativo da prática do turismo. Neste aspecto, tem-se que: 42,85% dos entrevistados responderam que “Discordo totalmente” que o turismo provoca o aumento da prostituição; 57,14% (28,57% cada) responderam que “Discordo totalmente ou parcialmente” que o turismo provoca o aumento da violência; 28,57% responderam que “Discordo parcialmente” que o turismo provoca o aumento do uso de drogas; 66,66% responderam que “Discordo totalmente” que o turismo provoca desentendimentos entre turista e morador; e 33,33% responderam que “Discordo totalmente” que o turismo provoca o aumento descontrolado de visitantes. Neste ponto, quase a metade dos entrevistados acredita que os problemas sociais locais não são ou quase não são causados pela prática do turismo em si, salientando que mais da metade não registra desentendimentos entre turista e morador e outra boa parcela nunca vê excesso de visitantes na localidade.

Posteriormente, considerou-se também o aspecto social positivo da prática do turismo sob a ótica dos moradores entrevistados. Analisando-se as afirmações: “O turismo promove a paz”, 33,33% responderam que “Discordo parcialmente”; “o turismo promove a maior valorização da mulher”, 23,80% responderam que “Discordo parcialmente”. Essas duas afirmações dividem as opiniões dos entrevistados: “O turismo estimula a capacitação profissional”, 57,14% responderam que “Concordo totalmente”; “o turismo melhora as condições de vida da população”, 90,46% responderam que “Concordo totalmente ou parcialmente”. Aqui, a grande maioria vê com bons olhos o turismo, pois ele melhora a qualidade de vida das pessoas. Na afirmação: “O turismo promove o melhoramento da infraestrutura”, 66,66% responderam que “Concordo totalmente”. Decerto, para um pouco mais da metade, o turismo ajuda a melhorar a infraestrutura municipal, pois instiga investimentos públicos nesta área.

Quanto à percepção dos moradores entrevistados sobre o aspecto econômico negativo da prática do turismo, constatou-se que: 33,33% dos entrevistados responderam “Discordo parcialmente” que “o turismo provoca a superexploração do trabalho”; 47,61% responderam “Concordo parcialmente” que “o turismo provoca o aumento de preços”; 61,90% responderam “Concordo totalmente” que “o turismo provoca a especulação imobiliária”; e 23,80% responderam “Discordo parcialmente” que “o turismo provoca desigualdades na distribuição de riquezas”.

Nota-se aqui que: quase a metade dos entrevistados percebe pouco o turismo como causador da superexploração do trabalho; praticamente a metade acredita que houve pouco ou muito pouco inflacionamento dos preços depois que o município passou a receber mais visitantes; mais da metade percebe que tem havido a supervalorização dos imóveis locais ultimamente; e quase 50% dos entrevistados acreditam, em maiores ou menores proporções, que o lucro obtido do turismo, como atividade econômica, não chega a ser dividido de forma desigual.

Em se tratando de aspecto econômico positivo do turismo, 57,14% dos entrevistados responderam que “Concordo totalmente” que o turismo gera renda, divisa e emprego, dado que comprova os estudos acerca do turismo como principal indutor das economias locais.

Foi primordial também saber a percepção dos moradores entrevistados sobre os aspectos culturais positivos e negativos da prática do turismo. As afirmações “o turismo banaliza o artesanato” com 71,42% e “o turismo banaliza os ritos religiosos” com 57,14% foram as que apresentaram maior proporção de respostas do tipo “Discordo totalmente”. Por outro lado, as afirmações “o turismo incentiva o aumento das atividades culturais” com 42,85% e “o turismo estimula a divulgação da história e da cultura local” com 57,14% foram as que apresentaram maior proporção de respostas do tipo “Discordo totalmente”. Por outro lado, as afirmações “o turismo incentiva o aumento das atividades culturais” com 42,85% e “o turismo estimula a divulgação da história e da cultura local” com 57,14% foram as que apresentaram maior proporção de respostas do tipo “Concordo totalmente”. Os entrevistados (57,14%) também responderam “Discordo totalmente” que “o turismo modifica os costumes culturais”, fato este justificável pelo local estar muito bem enraizado em seus próprios valores, permitindo nenhuma ou quase nenhuma interferência externa.

Os residentes que responderam “Discordo parcialmente” que “o turismo modifica negativamente a paisagem”, representando 38,09% das respostas, acreditam que o turismo pouco interfere nas mudanças da paisagem; já para 47,60% dos entrevistados ao todo, predominaram as respostas “Discordo totalmente” e “Discordo parcialmente”, ambas com 23,80% cada que “o turismo provoca a poluição do ar, da água, sonora e visual”. A este respeito, os moradores entrevistados tampouco creditam ao turismo os problemas de poluição existentes, com exceção do lixo, pois 33,33% responderam “Concordo parcialmente” que “o turismo provoca problemas com o lixo”; ainda, o mesmo número de entrevistados respondeu “Discordo totalmente” (38,09%) e “Discordo parcialmente” (38,09%) que “o turismo provoca problemas de uso de terras”. Alguns entrevistados afirmaram, com convicção, que os problemas ambientais são normalmente causados pelos próprios moradores, como as pichações na Casa de Pedra.

Por último, a perspectiva positiva das afirmações de natureza ambiental, pela qual os entrevistados puderam relacionar o turismo com a natureza/meio ambiente. De todos os moradores entrevistados, 38,09% responderam “Concordo totalmente” que “o turismo promove a conservação de áreas naturais”, assim como, 38,09% responderam “Concordo parcialmente” que “o turismo promove o aumento da qualidade ambiental”. Nisto, quase a metade dos entrevistados relacionou o turismo com a natureza/meio ambiente, em seguida, 42,85% dos entrevistados responderam que “Concordo totalmente” que “o turismo estimula o envolvimento do homem com a natureza” e 47,61% responderam que “Concordo totalmente” que “o turismo promove o aumento do conhecimento do meio ambiente”. Em geral, os entrevistados fazem boa relação entre turismo e natureza/meio ambiente, o que favorece as ações voltadas para o meio ambiente, inclusive para a futura UC martinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que no município de Martins não há um processo estratégico, integrado e participativo de planejamento sustentável do turismo, que contribua significativamente para o desenvolvimento local e cuja realidade se mostra frágil pela falta de uma secretaria de turismo e de uma secretaria de meio ambiente atuantes, além de o ambiente político e social não ser favorável.

Por outro lado, foi possível identificar as principais potencialidades turísticas em Martins/RN, as quais já atraem um considerável número de visitantes regularmente apesar das dificuldades enfrentadas, tais como, falta de clareza nos horários de funcionamento e falta de melhor infraestrutura.

Quanto à percepção dos atores sociais locais em relação ao turismo vigente e à futura UC, constatou-se que há a necessidade de educação para o turismo juntamente com a sensibilização em relação às questões ambientais, pois a pesquisa constatou que o turismo é mais percebido como gerador de impactos positivos do que negativos e; o meio ambiente é percebido de forma fragmentada.

Apurou-se que os moradores entrevistados, genericamente, percebem razoavelmente a importância do turismo e da criação da futura UC de Martins, entretanto, precisam de ações de sensibilização acerca dos impactos positivos, principalmente, dos impactos negativos da prática do turismo. Para ratificar essas ações de sensibilização, considera-se um fato ocorrido, durante a entrevista: alguns moradores afirmaram que o turismo não provocava impactos negativos, sendo que após a aplicação dos questionários sobre o turismo, esses mesmos moradores reconheceram a existência de aspectos negativos na prática do turismo.

Enfim, instiga-se o aprofundamento dessa pesquisa dentro de um contexto transdisciplinar e com vistas à sustentabilidade, já que a atual conjuntura em que vivemos é preocupante e merecedora de ações bem planejadas e executadas, visando à preservação e conservação do meio ambiente e, conseqüentemente, ao bem-estar das populações envolvidas.

Agradecimentos: se agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio concedido.

REFERÊNCIAS

BAGHRI, S.; HARVEY, P.; REED, B. *Emergency sanitation: assessment and programme design*. UK, 2002. Disponível em: <http://wedc.lboro.ac.uk/resources/books/Emergency_Sanitation_-_Complete.pdf>. Acesso em 10 jul 2017.

BOISIER, S. *Desarrollo (local): de qué estamos hablando?*. (2001). Disponível em: <<http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/boisier.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2017.

BORDENAVE, J.D. *O que é participação*. Coleção primeiros passos. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84 p.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 fev 2017.

BRASIL. *Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BUARQUE, S.C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em: 30 mar 2017.

CABRAL, C.E; CYRILLO, M.W. O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico municipal de Balneário Camboriú (SC): análise da responsabilidade social do primeiro setor: estado. In: *Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (Semin-TUR)*, 5, Caxias do Sul, p. 1-14, 2008.

DENCKER, A.F.M. *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007. 338 p.

FERREIRA, I.C.R. Os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo em Guramiranga, CE. *Revista Turismo*, jun. 2006.

FUNDEP, Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar. *Projeto monumento natural cavernas de Martins*. Natal: FUNDEP, 2013.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Martins*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=240740>>. Acesso em: 24 abr 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim regional, urbano e ambiental*. Brasília: IPEA, 2009. 119p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/boletim_ipea_uc_desenvolvimento_dez_09_240.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

MALLENGRAU, M. *Participation communautaire*. Disponível em: <<http://sites-test.uclouvain.be/stages-semspi/documents%20SPI/Participation.pdf/participation.html>>. Acesso em: 10 jul 2017.

MARTINS/RN. *Dados*. Disponível em: <<http://martins.rn.gov.br/>>. Acesso em: 03 fev 2017.

MINAYO, M.C.S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social, próprio. In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S. F. (orgs.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MTUR, Ministério do Turismo. *Turismo de aventura: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 75p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Aventura_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 11 abr 2017.

RUSCHMANN, D.V. de M. *Turismo e planejamento sustentável*. Coleção turismo. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1999. 199 p.

SANTOS, M.T. dos. *Fundamentos de turismo e hospitalidade*. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 51 p.

SILVA, M.D.G.; MIRANDA, E. de A. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. In: *Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento*, 1, 2013, Curitiba, p.1-13.

SOLIMAR INTERNATIONAL. *Atrativos turísticos de Martins/RN*. Disponível em: <<http://www.solimarinternational.com/>>. Acesso em: 03 fev 2107.

SPELL. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/>>. Acesso em: 31 mar 2017.

UFRN. *Mapas*. Disponível em: <<http://www.ufrn.br/>>. Acesso em: 01 mai 2017.

VERGARA, S.C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 90 p.

XAVIER, H. *A percepção geográfica do turismo*. São Paulo: Aleph, 2007. 106 p.